

Conhecimentos gerais e atualidades

**1. Todo caminho da gente é resvaloso.
Mas também, cair não prejudica demais
A gente levanta, a gente sobe, a gente volta!...
O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim:
Esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,
Sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.
Ser capaz de ficar alegre e mais alegre no meio da
alegria,
E ainda mais alegre no meio da tristeza...
(ROSA, J.G. Grande Sertão: Veredas. Rio de
Janeiro: Nova Fronteira, 2005.)
De acordo com o fragmento do poema acima, de
Guimarães Rosa, a vida é**

- A) uma queda que provoca tristeza e inquietude prolongada.
- B) um caminhar de percalços e dificuldades insuperáveis.
- C) um ir e vir de altos e baixos que requer alegria perene e coragem.
- D) um caminho incerto, obscuro e desanimador.

**2. A discussão nacional sobre a resolução das complexas questões sociais brasileiras e sobre o desenvolvimento em bases sustentáveis tem destacado a noção de corresponsabilidade e a de complementaridade entre as ações dos diversos setores e atores que atuam no campo social. A interação entre esses agentes propicia a troca de conhecimento das distintas experiências, proporciona mais racionalidade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas e evita superposições de recursos e competências. De uma forma geral, esses desafios moldam hoje o quadro de atuação das organizações da sociedade civil do terceiro setor. No Brasil, o movimento relativo a mais exigências de desenvolvimento institucional dessas organizações, inclusive das fundações empresariais, é recente e foi intensificado a partir da década de 90.
(BNDES. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. Relato Setorial nº 3 AS/GESET. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 02 ago. 2013 (adaptado).)**

De acordo com o texto, o terceiro setor

- A) é responsável pelas ações governamentais na área social e ambiental.
- B) promove o desenvolvimento social e contribui para aumentar o capital social.
- C) gerencia o desenvolvimento da esfera estatal, com especial ênfase na responsabilidade social.
- D) controla as demandas governamentais por serviços, de modo a garantir a participação do setor privado.

3. Uma revista lançou a seguinte pergunta em um editorial: “Você pagaria um ladrão para invadir sua casa?”. As pessoas mais expertas diriam provavelmente que não, mas companhias inteligentes de tecnologia estão, cada vez mais, dizendo que sim. Empresas como a Google oferecem recompensas para hackers que consigam encontrar maneiras de entrar em seus

softwares. Essas companhias frequentemente pagam milhares de dólares pela descoberta de apenas um bug – o suficiente para que a caça a bugs possa fornecer uma renda significativa. As empresas envolvidas dizem que os programas de recompensa tornam seus produtos mais seguros. “Nós recebemos mais relatos de bugs, o que significa que temos mais correções, o que significa uma melhor experiência para nossos usuários”, afirmou o gerente de programa de segurança de uma empresa. Mas os programas não estão livres de controvérsias. Algumas empresas acreditam que as recompensas devem apenas ser usadas para pegar cibercriminosos, não para encorajar as pessoas a encontrar as falhas.

E também há a questão de double-dipping – a possibilidade de um hacker receber um prêmio por ter achado a vulnerabilidade e, então, vender a informação sobre o mesmo bug para compradores maliciosos.

Disponível em: <<http://pcworld.uol.com.br>>.

Acesso em: 30 jul. 2013 (adaptado).

Considerando o texto acima, infere-se que

- A) os caçadores de falhas testam os softwares, checam os sistemas e previnem os erros antes que eles aconteçam e, depois, revelam as falhas a compradores criminosos.
- B) os caçadores de falhas agem de acordo com princípios éticos consagrados no mundo empresarial, decorrentes do estímulo à livre concorrência comercial.
- C) a maneira como as empresas de tecnologia lidam com a prevenção contra ataques dos cibercriminosos é uma estratégia muito bem-sucedida.
- D) os usuários de serviços de empresas de tecnologia são beneficiários diretos dos trabalhos desenvolvidos pelos caçadores de falhas contratados e premiados pelas empresas.

**4. De um ponto de vista econômico, a globalização é a forma como os mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias. A superação de fronteiras gerou uma expansão capitalista que tornou possível realizar transações financeiras e expandir os negócios para mercados distantes e emergentes. O complexo fenômeno da globalização resulta da consolidação do capitalismo, dos grandes avanços tecnológicos e da necessidade de expansão do fluxo comercial mundial. As inovações nas áreas das telecomunicações e da informática (especialmente com a Internet) foram determinantes para a construção de um mundo globalizado.
(Disponível em: <www.significados.com.br>. Acesso em: 2 jul. 2013 (adaptado).)**

Sobre globalização, avalie as afirmações a seguir.

- I. É um fenômeno gerado pelo capitalismo, que impede a formação de mercados dinâmicos nos países emergentes.
- II. É um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que aprofunda a integração econômica, social, cultural e política.

III. Atinge as relações e condições de trabalho decorrentes da mobilidade física das empresas.

É correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

5. Uma sociedade sustentável é aquela em que o desenvolvimento está integrado à natureza, com respeito à diversidade biológica e sociocultural, exercício responsável e consequente da cidadania, com a distribuição equitativa das riquezas e em condições dignas de desenvolvimento. Em linhas gerais, o projeto de uma sociedade sustentável aponta para uma justiça com equidade, distribuição das riquezas, eliminando-se as desigualdades sociais; para o fim da exploração dos seres humanos; para a eliminação das discriminações de gênero, raça, geração ou de qualquer outra; para garantir a todos e a todas os direitos à vida e à felicidade, à saúde, à educação, à moradia, à cultura, ao emprego e a envelhecer com dignidade; para o fim da exclusão social; para a democracia plena.

(TAVARES, E. M. F. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br>>. Acesso em: 25 jul. 2013 (adaptado).)

Nesse contexto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Os princípios que fundamentam uma sociedade sustentável exigem a adoção de políticas públicas que entram em choque com velhos pressupostos capitalistas.

PORQUE

II. O crescimento econômico e a industrialização, na visão tradicional, são entendidos como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando-se o caráter finito dos recursos naturais e privilegiando-se a exploração da força de trabalho na acumulação de capital.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Direito Constitucional

6. A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, considere as seguintes assertivas:

- I. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- II. São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, trabalhada pela família, será, excepcionalmente, objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

IV. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que consta em:

- a) I, II, III e IV.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.

7. O movimento constitucional gerador da constituição em sentido moderno tem várias raízes, localizadas em horizontes temporais diacrônicos e em espaço histórico, geográfico e culturais diferenciados. Em termos rigorosos não há um constitucionalismo mas vários constitucionalismos. Será preferível dizer que existem diversos movimentos constitucionais com corações nacionais mas também com alguns momentos de aproximação entre si, fornecendo uma complexa tessitura histórico-cultural. É mais rigoroso falar de vários movimentos constitucionais do que de vários constitucionalismos porque isso permite recortar desde já uma noção básica de constitucionalismo (J. J. Gomes Canotilho. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 51 (com adaptações)).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos conceitos de constituição e constitucionalismo.

- a) O ponto central do movimento constitucionalista inglês foi a revolução gloriosa (1688-89), quando então se iniciou o movimento político-jurídico de limitação dos poderes do rei, por meio de instrumento jurídicos do tipo Magna Carta, que possuem a mesma natureza jurídica de uma constituição.
- b) Com o movimento constitucionalista francês, a partir da revolução francesa, sedimentou-se a visão de direitos individuais do homem, em oposição à visão do homem como integrante de um segmento estamental, adotado pelo movimento constitucionalista inglês.
- c) No âmbito brasileiro, a Constituição Imperial de 1824 pode ser classificada como flexível, com base no que prescrevia seu art. 178: “É só Constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias”.
- d) O princípio da supremacia da constituição teve no movimento constitucionalista inglês a sua mais significativa aplicação.

8. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Poder Constituinte formal é aquele que se refere a auto-organização do Estado.
- b) O Poder Constituinte Derivado também pode ser denominado como um Poder Constituinte Limitado.
- c) O Poder Constituinte Originário é ilimitado.
- d) Uma das características do Poder Constituinte Derivado é ele ser condicionado.

9. De acordo com a teoria geral do direito constitucional, o conceito de Constituições pode ser concebido em diferentes sentidos. Aponte a alternativa que corresponde aos autores clássicos que concebem a Constituição, respectivamente, nos sentidos sociológico, político e jurídico.

- a) Carl Schmitt, Ferdinand Lassalle e Hans Kelsen
- b) Carl Schmitt, Hans Kelsen e Ferdinand Lassalle.
- c) Ferdinand Lassalle, Carl Schmitt e Hans Kelsen.
- d) Ferdinand Lassalle, Hans Kelsen e Carl Schmitt.

10. Considere as seguintes normas constitucionais:

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

IV. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

São normas de eficácia limitada os preceitos indicados SOMENTE em:

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e IV
- d) II e IV

11. Assinale a opção correta acerca do controle abstrato de constitucionalidade estadual e seu delineamento pela jurisprudência do STF.

A) Declarada no todo ou em parte a inconstitucionalidade em abstrato de lei ou ato normativo estadual ou municipal, o Poder Legislativo responsável pela sua emissão terá de ser comunicado com vistas à suspensão da execução dos textos invalidados.

B) Por constituir a ação direta de inconstitucionalidade estadual processo de índole político-administrativa, não cabe recurso extraordinário contra decisão final nela proferida.

C) É dever dos estados seguir com simetria o modelo de propositura da ação estabelecido para o controle abstrato de constitucionalidade federal, fazendo, para tanto, as devidas adaptações dos entes legitimados.

D) Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade estadual, o respectivo tribunal de justiça poderá analisar, incidentalmente, eventual inconstitucionalidade do próprio parâmetro de controle estadual invocado na inicial.

12. Acerca das fontes normativas integrantes do ordenamento jurídico do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

A) Todas as normas da CF são de observância obrigatória para estados e municípios, devendo ser necessariamente observadas pelas respectivas leis fundamentais.

B) Embora as leis orgânicas municipais estejam sujeitas às constituições dos respectivos estados-membros, estas últimas não têm o poder de disciplinar assunto considerado de interesse local.

C) Decreto autônomo do governador de um estado federado deve ater-se aos limites do poder regulamentar.

D) Conflitos entre leis estaduais e leis municipais têm de ser sanados necessariamente em favor das leis estaduais.

13. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito é correto afirmar:

a) que têm poderes de investigação equivalentes aos das autoridades judiciárias, podendo inclusive decretar a prisão de parlamentares quando convocados, bastando o Presidente da Comissão expedir a ordem, após a deliberação por dois terços de seus membros.

b) que, ordinariamente, serão criadas em conjunto, dela participando os representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

c) que suas conclusões, acompanhadas dos documentos comprobatórios, serão encaminhadas ao Poder Judiciário para a obtenção de sentenças condenatórias nos juízos cível e criminal dos responsáveis, conforme previsto no relatório aprovado no âmbito da Comissão.

d) que serão criadas para apuração de fato determinado e por prazo certo.

14. Considerando o disposto na CF sobre o presidente da República, assinale a opção correta.

a) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á primeiramente, entre os remanescentes, o mais idoso.

b) Se, decorridos cinco dias da data fixada para a posse, o presidente ou o vice-presidente da República, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

c) Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou vacância desses cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do STF.

d) Será considerado eleito presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco.

Filosofia

15. Pensamento, conhecimento, realidade e linguagem, segundo estudado no início da disciplina, compõe um todo.

A partir da elaboração acima podemos afirmar que:

I - O pensar necessita de uma interação com a realidade para dinamizar o pensamento.

II - A linguagem é um capricho de valor secundário ao pensamento.

III - O conhecimento sempre flui do pensamento apenas pela energia interna da razão.

IV - A realidade estimula ou desafia o pensamento, gerando o conhecimento e a linguagem.

Podemos aceitar como correto o que se afirma em:

- A) I e IV
- B) I e III
- C) II e III
- D) III e IV

Direito Civil

16. Em relação aos direitos da personalidade é CORRETO afirmar que:

a) Havendo lesão a direito da personalidade, em se tratando de morto, não é possível reclamar perdas e danos, tendo em vista que os direitos da personalidade são intransmissíveis.

b) É permitida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, com objetivo altruístico ou científico, para depois da morte, sendo tal ato de disposição revogável a qualquer tempo.

c) Como regra geral, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, mas seu exercício poderá sofrer irrestrita limitação voluntária.

d) A proteção dos direitos da personalidade das celebridades e das chamadas pessoas públicas é mais flexível, sendo permitido utilizar o seu nome para finalidade comercial, ainda que sem prévia autorização.

17. Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

a) Se a prescrição for suspensa em favor de um dos credores solidários, só aproveitará aos demais se a obrigação for divisível.

b) A alteração dos prazos por acordo entre as partes é admissível na decadência, porém não o é na prescrição.

c) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

d) Os prazos prescricionais podem ser alterados, desde que seja convencionado pelas partes.

18. Em relação à posse e à propriedade, assinale a opção correta.

a) Considera-se detentor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

b) Por se tratar de bens distintos, a posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.

c) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.

d) O possuidor de má-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, exceto se acidentais

19. Acerca do direito de família, assinale a opção correta.

a) O casamento religioso com efeitos civis passa a produzir efeitos somente a partir da data em que é efetivado o seu registro perante o oficial competente.

b) A existência de impedimentos dirimentes absolutos acarreta a ineficácia do casamento.

c) O casamento inexistente não pode ser declarado putativo.

d) É inválido o casamento contraído por coação física a qualquer dos cônjuges.

20. Segundo o Código Civil de 2002, acerca do direito de representação, instituto do Direito das Sucessões, assinale a opção correta.

a) É possível que o filho renuncie à herança do pai e, depois, represente-o na sucessão do avô.

b) Na linha transversal, é permitido o direito de representação em favor dos sobrinhos, quando concorrerem com sobrinhos-netos.

c) Em não havendo filhos para exercer o direito de representação, este será exercido pelos pais do representado.

d) O direito de representação consiste no chamamento de determinados parentes do de cujus a suceder em todos os direitos a ele transmitidos, sendo permitido tanto na sucessão legítima quanto na testamentária.

21. Acerca da aceitação, cessão e renúncia de quinhão hereditário é correto afirmar:

I. A renúncia pode ser expressa ou tácita, mas a cessão deve ser sempre manifestada expressamente por escritura pública.

II. A aceitação, uma vez manifestada, não pode ser retratada, embora seja possível a anulação, provando-se vício do consentimento.

III. A renúncia translativa equivale à cessão do direito hereditário para fins tributários.

IV. Não se admite a aceitação ou a renúncia em parte da herança.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

d) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.

22. Quando faleceu, Arlindo possuía um irmão, Armando, e dois sobrinhos, João e Josué. À época do falecimento, a lei estipulava que o irmão precedia os sobrinhos na sucessão. No entanto, antes da partilha, sobreveio lei alterando a ordem de vocação hereditária, colocando os sobrinhos à frente do irmão. A lei não previu regras de transição. Os bens de Arlindo passaram a ser de

a) Armando, que adquiriu tal direito por ocasião do falecimento de Arlindo.

b) João e Josué, porque a lei de ordem pública possui efeito retroativo.

c) João e Josué, porque, até a partilha, Armando possuía mera expectativa de direito

d) Armando, porque a lei equipara os direitos sob condição suspensiva ao direito adquirido.

23. Eduarda manteve relação de união estável durante treze anos com Virgílio, até que este morreu deixando apenas duas sobrinhas filhas de sua irmã Flávia, já falecida, como parentes. É correto afirmar que a parte pertencente a Virgílio dos bens adquiridos onerosamente na constância da união estável, na hipótese, serão herdados, de acordo com o dispositivo correspondente do Código Civil:

- a) por Eduarda.
- b) metade por Eduarda e metade pelas duas filhas de sua irmã Flávia.
- c) um terço por Eduarda e dois terços pelas duas filhas de sua irmã Flávia.
- d) pelo Município.

24. Francisco, casado com Natalia pelo regime da separação legal de bens, morreu na data de hoje, deixando quatro filhos, Daniela, Pedro, Maria e Joaquim, todos eles filhos comuns do de cujus e da viúva. Francisco deixa como único bem um apartamento. Diante dos fatos narrados, assinale a alternativa correta.

- a) Natália herdou a quarta parte do apartamento, sendo os outros três quartos divididos entre os filhos, cabendo à viúva direito real de habitação.
- b) Natália herdou a quinta parte do apartamento, sendo os outros quatro quintos divididos entre os filhos, não cabendo à viúva o direito real de habitação.
- c) Natália não é herdeira de Francisco, mas tem direito real de habitação sobre o apartamento.
- d) Natália não é herdeira de Francisco, mas tem direito à meação dos bens do casal.

Direito Penal

25. Assinale a alternativa CORRETA no que se refere ao AGENTE ATIVO DO FATO, com base nas assertivas de I a V:

- I – Responsabilidade Subjetiva.
- II – Igualdade ou isonomia
- III – Proibição da presunção de culpabilidade.
- IV – Culpabilidade normativa.
- V – Imputabilidade.

- a) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- d) Apenas três assertivas são falsas.

26. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere à CULPABILIDADE adotada em regra pelo Código Penal Brasileiro, com base nas assertivas de I a V:

- I - Inimputabilidade
- II - Potencial conhecimento da licitude.
- III - Medida da culpabilidade.
- IV - Exigibilidade de conduta diversa.
- V – Situação psicológica do sujeito.

- a) As assertivas I e II são falsas.
- b) A assertiva V é verdadeira.
- c) A assertiva IV é verdadeira e a assertiva III é falsa.
- d) A assertiva III é verdadeira.

27. Assinale a opção correta com referencia à execução das penas em espécie:

- A) A autorização para a saída temporária deve ser concedida por ato motivado do juízo das execuções, que pode delegar a fiscalização da saídas ao administrador do presídio.
- B) Por falta de previsão legal, não configura falta grave o fato de o reeducando não se reapresentar ao estabelecimento penal, no fim do prazo da prisão temporária, por quase um mês, sem justificativa idônea;
- C) Os condenados que cumpram pena em regime semiaberto podem obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para visitar a família;
- D) O benefício da permissão de saída não se estende aos presos provisórios, restringindo-se aos condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto, mediante a necessária autorização do juízo das execuções penais

28. Assinale a alternativa abaixo que traz um crime plurisubjetivo:

- a) Homicídio;
- b) Roubo;
- c) Calúnia;
- d) Rixa

29. Aspirina Estrombótica, escrevente da 15ª Vara Criminal, em concurso com dois policiais militares, exigiu vantagem indevida para “relaxar a prisão” de dois agentes que foram presos e autuados em flagrante, portando 98 “cabeças” da substância entorpecente Erytrossilum Coca Lamark, ou cocaína, como é vulgarmente conhecida. Pergunta:

- a) Ao exigirem a vantagem indevida configurou-se o crime de concussão.
- b) O crime praticado foi o de extorsão.
- c) Praticaram o delito de peculato na sua modalidade dolosa.
- d) Há o concurso de agentes no delito de prevaricação.

30. Segundo a Lei nº 11.343/06, para a consumação do crime de tráfico de entorpecentes:

- a) é necessária a efetiva entrega da substância entorpecente ao consumidor.
- b) basta o agente praticar qualquer um dos verbos elencados no art. 33 da Lei nº 11.343/06.
- c) é necessária a comunicação às autoridades da existência da venda da substância entorpecente.
- d) é necessária a venda (onerosa), pois a entrega gratuita da substância entorpecente não configura o crime.

31. Acerca da violência familiar e doméstica contra a mulher (lei 11.340/2006), marque a opção correta:

- a) são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre outras: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial

e a violência moral, desde que não praticadas pelo cônjuge;

b) constitui violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, seja no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto;

c) somente são cabíveis medidas de proteção e urgência em favor da mulher quando houver sido praticada uma conduta que cause violência doméstica e familiar e haja pedido formal do Ministério Público;

d) nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a lei 11.340/06 somente será admitida a renúncia à representação na presença do juiz, independentemente da oitiva do Ministério Público;

32. Em determinado processo judicial criminal, há, em decorrência de requerimento do Ministério Público, autorização para interceptação telefônica com o fito de angariar provas contra acusados de delitos considerados graves.

Nos termos da legislação pertinente, o prazo para a interceptação deve, regra geral, corresponder a, no máximo,

a) sessenta dias, com renovação.

b) trinta dias, com renovação.

c) vinte dias, com renovação.

d) quinze dias, com renovação.

33. Para as contravenções penais, a lei prevê a aplicação isolada ou cumulativa das penas de

a) prisão simples e detenção.

b) reclusão e detenção.

c) multa e prisão simples.

d) detenção e multa.

Processo Civil

34. A respeito do fenômeno processual do litisconsórcio, que consiste na pluralidade de sujeitos ocupando um ou ambos os polos da relação jurídica para litigar em conjunto no mesmo processo, assinale a afirmativa correta.

A) Não constitui fundamento para a formação de litisconsórcio a ocorrência de afinidade de questões por um ponto em comum de fato ou de direito.

B) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.

C) Na sistemática dos Juizados Especiais Cíveis não se admitirá a formação de litisconsórcio como forma de prestigiar uma prestação jurisdicional mais célere e simplificada.

D) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

35. A citação é capaz de gerar efeitos processuais e materiais, consoante o que preceitua o Art. 219

do Código de Processo Civil. Sobre os efeitos da citação, assinale afirmativa correta.

A) Realizada a citação, induz-se a litispendência. Todavia, continua sendo possível a propositura de nova ação idêntica, pois a inafastabilidade da tutela jurisdicional é corolário do Estado Democrático de Direito, devendo-se viabilizar o acesso à justiça.

B) A citação válida, por si só, não é capaz de tornar a coisa ou o direito litigioso, ou seja, estes não passam a estar vinculados ao resultado do processo. Sendo assim, em caso de alienação do bem, será possível, a qualquer tempo, a alteração da legitimidade das partes.

C) A citação válida não é capaz de interromper a prescrição. Sendo assim, somente poderá falar-se em interrupção se a parte assim o requerer ao juiz, devendo este, antes de decidir, possibilitar o contraditório por parte do réu.

D) Em regra, a citação constitui o devedor em mora. Nada obstante, nos casos em que as obrigações não possuam termo certo, é possível constituir o devedor em mora por intermédio do envio de notificação judicial ou extrajudicial.

36. Lino ajuizou ação de cobrança pelo rito ordinário em face de Paulo, pleiteando o pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Em contestação, Paulo alegou pagamento integral da dívida, juntando aos autos diversos recibos. Em resposta à peça de defesa, Lino arguiu a falsidade dos recibos apresentados por Paulo. Considerando as regras sobre a arguição de falsidade previstas no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

A) Lino poderia arguir o incidente de falsidade em qualquer tempo, bem como o grau de jurisdição, por não haver preclusão.

B) No incidente de falsidade instaurado, Paulo será dispensado de intimação para se manifestar, uma vez que o procedimento não está submetido ao contraditório.

C) Será dispensado o exame pericial dos recibos juntados aos autos se Paulo concordar em retirá-los e Lino não se opuser ao desentranhamento.

D) O incidente de falsidade suscitado por Lino será processado em apenso aos autos principais, uma vez que o Código de Processo Civil expressamente determina aplicação subsidiária do procedimento estabelecido às exceções de impedimento e suspeição.

37. Analise os itens abaixo e assinale:

I Conforme o recurso interposto, os pressupostos de admissibilidade serão verificados tanto pelo juízo a quo, quanto pelo juízo ad quem.

II - O juízo de admissibilidade dos recursos cinge-se a verificação das condições da ação e os pressupostos processuais para, somente após, proferir o juízo de mérito, posicionando-se pelo provimento ou não do recurso interposto.

III - Conforme o princípio da taxatividade, as disposições legais que criam os recursos poderão ser interpretadas analogicamente.

- a) Todos os itens estão incorretos.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão incorretos.
- d) Apenas os itens I e III estão incorretos.

38. Acerca dos recursos cíveis, assinale a alternativa correta:

- a) cabe recurso extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Tribunal de Justiça que decidir o incidente de declaração de inconstitucionalidade;
- b) a autenticação das peças trasladadas não é pressuposto de admissibilidade do agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória do juiz de primeiro grau;
- c) cabe recurso de embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver mantido, em grau de apelação, a sentença de mérito.
- d) cabe recurso de agravo de instrumento contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que não conhecer do recurso extraordinário por ausência de repercussão geral.

39. São títulos executivos extrajudiciais:

- a) A letra de câmbio, a nota fiscal, a nota promissória, a duplicata e a debênture.
- b) Documento público e particular assinado pelo devedor;
- c) A sentença arbitral;
- d) Os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida.

40. São títulos executivos judiciais exceto:

- a) A sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia;
- b) A sentença penal condenatória transitada em julgado;
- c) A sentença arbitral;
- d) A sentença estrangeira, homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

41. Quanto aos Princípios da Execução, assinale a alternativa correta:

- a) O cumprimento de sentença sincrético mitigou o Princípio da Autonomia, posto que sua execução é considerada apenas mais uma fase no processo.
- b) O Princípio da Menor Onerosidade aduz que a execução se dará da forma mais vantajosa, célere e eficaz ao credor.
- c) De acordo com o Princípio da Patrimonialidade, a garantia da execução são os bens do devedor, admitindo, no direito brasileiro, uma única exceção, qual seja a prisão por depositário infiel.
- d) O Princípio do Contraditório, no cumprimento de sentença pautado em título executivo judicial, garante ao executado a possibilidade de se defender alegando qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.

42. Assinale a alternativa correta:

- I. A sentença mandamental, além de reconhecer a existência de violação atual ou potencial ao direito,

determina a prática de atos executivos tendentes a reparar a lesão, ou a evitar que a mesma ocorra.

II. De acordo com a corrente quinária, são cinco os possíveis efeitos da sentença: declaratória, constitutiva, condenatória, mandamental e executiva lato sensu.

III. A eficácia constitutiva implica mudança (criação, modificação ou extinção) na relação jurídica.

IV. Tanto as sentenças declaratórias quanto as mandamentais independem de cumprimento de sentença posto que satisfazem, por si só, o direito do autor.

- a) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

Direito Administrativo

43. Assinale a opção correta com referência à administração direta e indireta.

- a) As autarquias são instituídas por lei, iniciando-se a sua existência legal com a inscrição, no registro próprio, de seu ato constitutivo.
- b) As empresas públicas, as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público são beneficiárias do princípio da imunidade tributária, no que se refere aos impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços federais, estaduais e municipais.
- c) As sociedades de economia mista, diferentemente das empresas públicas, não podem revestir-se de qualquer forma admitida em direito, devendo formar-se sempre como sociedade anônima, necessariamente uma sociedade empresarial.
- d) O princípio da reserva legal, segundo o qual todas as entidades integrantes da administração indireta, independentemente da esfera federativa a que estejam vinculadas, devem ser instituídas por lei, aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, mas não às suas subsidiárias.

44. Sobre o tema poderes administrativos, marque a alternativa correta.

- a) É pacífico o entendimento de que os poderes administrativos são renunciáveis.
- b) Regulamento autônomo é aquele que complementa a lei, permitindo a sua fiel execução.
- c) Hierarquia é o escalonamento em plano horizontal dos órgãos e agentes da Administração, estabelecendo uma relação de coordenação.
- d) O poder disciplinar permite a aplicação de sanções aos servidores da Administração Pública por infração funcional.

45. Considerando que sejam atributos do poder de polícia a discricionariedade, a coercibilidade e a autoexecutoriedade, da qual são desdobramentos a exigibilidade e a executoriedade, é correto afirmar.

- a) A discricionariedade está presente em todos os atos emanados do poder de polícia.

b) A exigibilidade compreende a necessidade de provocação judicial para adoção de medidas de polícia.

c) A autoexecutoriedade prescinde da coercibilidade, que pode ou não estar presente nos atos de polícia.

d) O poder de polícia pode ser exercido por meio de atos vinculados ou de atos discricionários, neste caso quando houver certa margem de apreciação deixada pela lei.

46. Para bem atender ao interesse público, a Administração é dotada de poderes administrativos, que são instrumentos de trabalho adequados à realização das tarefas administrativas. Esses poderes se apresentam diversificados segundo as exigências do serviço público, o interesse da coletividade e os objetivos a que se dirigem. Dentre eles está o poder de polícia. Assinale a opção abaixo que corresponde ao correto conceito desse poder de polícia.

a) É a faculdade de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.

b) É a faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo (Presidente da República, Governadores e Prefeitos) de explicar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei.

c) É a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

d) É a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.

47. Em conformidade com o Art. 22 da Lei nº 8.666/93, uma modalidade de licitação é caracterizada como aquela que ocorre entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas. Essa modalidade de licitação é denominada:

- a) convite;
- b) concurso;
- c) concorrência;
- d) leilão.

48. No que concerne ao pregão, é INCORRETO afirmar.

a) Admite, como uma de suas modalidades, o pregão eletrônico, que se processa, em ambiente virtual, por meio da internet.

b) Destina-se à aquisição de bens e serviços comuns.

c) Os lances ocorrem em sessão pública no pregão denominado presencial.

d) Existe, em regra, limitação de valor para a contratação.

49. São cláusulas exorbitantes inerentes ao regime jurídico dos contratos administrativos a possibilidade de, EXCETO:

a) modificação unilateral do contrato inclusive as cláusulas econômico-financeiras;

b) aplicação de sanções administrativamente ao contratado;

c) rescisão unilateral do contrato pela administração;

d) administração pública fiscalizar a execução do contrato.

50. De acordo com a Constituição Federal, a prestação de serviço público por particular é:

a) vedada, em qualquer hipótese;

b) permitida, apenas quando se tratar de serviço não essencial, passível de cobrança de tarifa;

c) possível, apenas para aqueles serviços de titularidade não exclusiva de Estado;

d) permitida, na forma da lei, mediante concessão ou permissão, precedida de licitação.

51. Em relação aos Serviços Públicos, é INCORRETO afirmar:

a) a concessão de serviço público exige autorização legislativa, licitação exclusivamente pela modalidade concorrência, formalização de contrato e prazo determinado, abrangendo somente pessoas jurídicas ou consórcio de empresas;

b) o contrato de concessão pela chamada parceria público-privada deve ser precedido de licitação, na modalidade concorrência, sendo imprescindível consulta pública e autorização legislativa quando se tratar da hipótese de concessão patrocinada, por prazo superior a 35 anos;

c) a conservação de praças, jardins e canteiros de avenidas, em troca de publicidade local da pessoa jurídica prestadora dos respectivos serviços, enquadra-se na chamada autorização de serviços públicos, dispensada licitação e autorização legislativa;

d) a permissão tem caráter precário, mediante contrato de adesão tanto com pessoas jurídicas quanto físicas, admitindo qualquer modalidade de licitação;

Direito do Trabalho

52. Considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, não é correto afirmar que:

a) As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, em virtude do princípio da isonomia, atingirão tanto os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento, quanto aqueles admitidos antes da modificação;

b) Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem

efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro;

c) A licença-prêmio, na vigência do contrato de trabalho, não pode ser convertida em pecúnia, salvo se expressamente admitida a conversão no regulamento da empresa;

d) Nula é a punição de empregado se não precedida de inquérito ou sindicância internos a que se obrigou a empresa por norma regulamentar.

53. Qual dos requisitos abaixo, considerando se tratar de empregado autônomo, impede o reconhecimento do vínculo empregatício:

- a) Pessoalidade.
- b) Continuidade.
- c) Subordinação.
- d) Onerosidade.

54. Assinale a alternativa que correlacione corretamente a definição de trabalhador autônomo, trabalhador avulso e trabalhador eventual.

I. Aquele que, sindicalizado ou não, presta serviços sem vínculo empregatício a diversas empresas, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou do órgão gestor de mão-de-obra.

II. Pessoa física contratada apenas para trabalhar em certa ocasião específica, sem relação de emprego.

III. Pessoa física que presta serviços com habitualidade, com continuidade, por conta própria, a uma ou mais de uma pessoa, assumindo os riscos da atividade econômica.

- a) () I autônomo, II avulso, III eventual.
- b) () I eventual, II avulso; III autônomo.
- c) () I eventual, II autônomo, III avulso.
- d) () I avulso, II eventual, III autônomo.

55. Na legislação trabalhista brasileira:

a) As empresas, mesmo compondo um grupo econômico, desde que tenham, cada uma delas, personalidade jurídica própria, não são, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis entre si.

b) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo econômico (industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica), serão, para os efeitos da relação de emprego, subsidiariamente responsáveis à empresa principal e cada uma das subordinadas.

c) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo econômico (industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica), serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis à empresa principal e cada uma das subordinadas.

d) Não é reconhecida a figura da solidariedade entre empresas, ainda que constituam um grupo econômico.

56. O contrato de experiência tem o prazo limite de:

- a) 1 ano;
- b) 60 dias improrrogáveis;
- c) Até 90 dias prorrogáveis por mais 30;
- d) Até 90 dias;

57. O novo prefeito de Tribobó do Oeste decidiu contratar quatro coveiros para o cemitério público da cidade, o que fez diretamente pelo regime celetista, sem a realização de concurso público. Após um ano de trabalho, os coveiros foram dispensados e ajuizaram reclamação trabalhista, postulando férias vencidas mais 1/3, aviso prévio, 13º salário e depósitos do FGTS, já que sempre receberam os salários em dia. Assinale a opção que contempla a(s) verba(s) de direito a que os coveiros efetivamente fazem jus.

A) Todas as verbas indicadas, pois decorrem do contrato de trabalho celetista.

B) Aviso prévio, 13º salário e FGTS, por terem efetivo cunho rescisório.

C) Apenas os depósitos de FGTS.

D) Apenas os depósitos de FGTS e férias vencidas mais 1/3, por ter o FGTS natureza salarial e as férias serem direito adquirido pelo ano trabalhado.

58. Quando surge motivo que torna impossível a continuação de contrato de trabalho, em razão de desídia do trabalhador, no desempenho de sua função, o empregador poderá aplicar ao empregado:

- a) suspensão;
- b) demissão sem justa causa;
- c) justa causa;
- d) advertência.

59. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a embriaguez do empregado:

a) só admite a extinção do contrato de trabalho, por justa causa, se este se embriagar habitualmente em serviço;

b) permite a extinção do contrato de trabalho, por justa causa, se a embriaguez for habitual ou em serviço;

c) não propicia a demissão por justa causa;

d) só permite a extinção do contrato de trabalho, por justa causa, se essa embriaguez ocorrer fora do serviço, independente de sua frequência.

60. Analise as assertivas e ao final responda.

I - As cláusulas denominadas *closed shop* (empresa fechada), *union shop* (empresa sindicalizada), *preferencial shop* (empresa preferencial) e *maintenance of membership* (manutenção de filiação), como cláusulas de segurança que são, têm plena validade em nosso ordenamento jurídico.

II - O empregado eleito para o cargo de administração sindical, que voluntariamente aceite a transferência para lugar que lhe dificulte o desempenho de suas atribuições sindicais, perde o mandato.

III - O art. 522 da CLT, que estipula sete, como

número máximo de diretores do Sindicato, foi recepcionado pela CF/88.

IV - O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical goza de estabilidade mesmo que exerça, na empresa, atividade não pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual tenha sido eleito dirigente.

V - A Convenção 98 da OIT, que trata do “direito de sindicalização e negociação coletiva”, vigora no Brasil desde a década de 1950.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) II, III e V;
- b) I, II e III;
- c) IV e V;
- d) I, IV e V.

Processo do Trabalho

61. Determinada audiência, designada para as 10h, só teve início às 12h, ocasião em que o preposto e o advogado da empresa já tinham se ausentado. A pauta de audiências fora pontualmente iniciada pelo juiz; porém, a complexidade de processos e depoimentos gerou atrasos substanciais. A partir da situação sugerida, assinale a opção correta.

- A) Não haverá a revelia, pois o atraso do juiz está limitado a 15 minutos, podendo a parte se retirar.
- B) Diante do atraso, o juiz deverá adiar a audiência, já que a parte ré está ausente, mas se fez presente no horário inicial.
- C) O juiz deverá aguardar a parte ausente por 15 minutos, pelo princípio da reciprocidade.
- D) A audiência deverá ser realizada normalmente, cabendo a aplicação da revelia e confissão à parte ré.

62. Plínio, empregado da Padaria Pão Bom Ltda., insatisfeito com o trabalho, procurou seu empregador pedindo para ser mandado embora. O empregador aceitou a proposta, desde que tudo fosse realizado por intermédio de um acordo na Justiça do Trabalho, motivo pelo qual foi elaborada ação trabalhista pedindo verbas rescisórias. No dia da audiência, as partes disseram que se conciliaram, mas o juiz, ao indagar Plínio, compreendeu o que estava ocorrendo e decidiu não homologar o acordo. Para a hipótese, assinale a opção correta.

- A) Plínio deverá impetrar Mandado de Segurança para obter a homologação do acordo.
- B) A homologação do acordo é faculdade do juiz, que poderá não homologá-lo.
- C) Sendo a conciliação um princípio do processo do trabalho, deverá o processo ser remetido para outra Vara para homologação por outro juiz.
- D) Plínio deverá interpor reclamação correicional para obter a homologação do acordo.

63. Pedro, estivador, logo trabalhador avulso, está insatisfeito com os repasses que lhe são feitos pelos trabalhos no Porto de Tubarão. Pretende ajuizar ação em face do operador portuário e do Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO. Como advogado de Pedro, indique a Justiça competente

para o processamento e julgamento da demanda a ser proposta.

- A) Justiça Comum Federal, dado que o avulso não tem vínculo de emprego com os réus e a matéria portuária é de âmbito nacional.
- B) Justiça do Trabalho.
- C) Justiça Comum Estadual, pela ausência de relação empregatícia, sendo o avulso uma espécie de trabalhador autônomo.
- D) Poderá optar pela Justiça Comum Estadual ou Justiça do Trabalho, caso pretenda o reconhecimento de vínculo de emprego.

64. Paulo ajuizou ação em face de sua ex-empregadora, a empresa Peças ABC Ltda. Na audiência, o Juiz propôs a conciliação, que foi aceita pelas partes, nada tendo sido discutido sobre custas. Sobre o caso, assinale a opção que indica a hipótese correta para a fixação das custas.

- A) O valor das custas ficará sempre a cargo da empresa, razão pela qual não haverá dispensa das mesmas, pois não há gratuidade de justiça para pessoa jurídica.
- B) O valor das custas, não tendo sido convencionado pelas partes, caberá em partes iguais ao autor e à ré, podendo o autor ser dispensado de sua parte pelo Juiz.
- C) O valor das custas ficará a cargo do autor, pois este está recebendo o valor acordado.
- D) Tendo em vista o acordo, não há que se falar em custas.

65. Pedro realizou um acordo em reclamação trabalhista que moveu contra o seu ex-empregador, conferindo quitação quanto ao extinto contrato de trabalho e, em contrapartida, recebeu, no ato da homologação judicial, a quantia de R\$ 2.500,00 em espécie. Dez dias após, Pedro arrependeu-se de ter aceitado a transação, entendendo que a quantia recebida seria inferior à que faria jus. Considerando as circunstâncias do caso e de acordo com o entendimento legal e jurisprudencial, assinale a afirmativa correta.

- A) Pedro poderá ajuizar ação rescisória, no prazo de dois anos, cujo prazo se inicia oito dias após a homologação do acordo.
- B) Pedro poderá ajuizar ação anulatória, buscando o desfazimento do ato jurídico.
- C) Pedro nada poderá fazer, pois houve trânsito em julgado, impedindo recursos, além do que o motivo apresentado não autoriza ação rescisória.
- D) Pedro poderá ajuizar nova ação, postulando outros direitos que não aqueles postulados na ação que redundou no acordo, permitindo a dedução dos R\$ 2.500,00 recebidos.

66. Um determinado trabalhador ajuizou uma reclamação trabalhista e, na data designada, faltou injustificadamente à audiência. Seu advogado requereu o desentranhamento dos documentos, no que foi atendido. Dois meses depois, apresentou a mesma reclamação, mas

posteriormente resolve desistir dela em mesa de audiência, o que foi homologado pelo magistrado, sendo extinto o processo sem resolução do mérito. Caso queira ajuizar uma nova ação, o trabalhador

- A) terá de aguardar o prazo de seis meses, pois contra ele será aplicada a pena de preempção.
- B) poderá ajuizar a nova ação de imediato, contanto que pague o valor de uma multa que será arbitrada pelo juiz.
- C) não precisará aguardar nenhum prazo para ajuizar nova ação.
- D) deverá aguardar seis meses para ajuizar ação contra aquele empregador, mas não para outros que porventura venha a ter.

67. A requerimento do credor e após não localizar bens da pessoa jurídica ex-empregadora, o juiz desconsiderou a personalidade jurídica numa reclamação trabalhista, incluiu um dos sócios no polo passivo e o citou para pagamento. Este sócio, então, depositou a quantia exequenda, mas pretende questionar o valor da execução. Assinale a alternativa que indica a maneira pela qual ele materializará seu inconformismo.

- A) Ação Rescisória.
- B) Embargos de Terceiro.
- C) Impugnação de Credor.
- D) Embargos à Execução.

68. Após trabalhar como empregado durante 6 meses, Paulo ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a empresa Alfa Beta Ltda., pretendendo horas extras, nulidade do pedido de demissão por coação, além de adicional de insalubridade. Na primeira audiência o feito foi contestado, negando a ré o trabalho extraordinário, a coação e a atividade insalubre. Foram juntados controles de ponto e carta de próprio punho de Paulo pedindo demissão, documentos estes que foram impugnados pelo autor. Não foi produzida a prova técnica (perícia). Para a audiência de prosseguimento, as partes estavam intimadas pessoalmente para depoimentos pessoais, sob pena de confissão, mas não compareceram, estando presentes apenas os advogados. Declarando as partes que não têm outras provas a produzir, o Juiz encerrou a fase de instrução, seguindo o processo concluso para sentença. Com base nestas considerações, analise a distribuição do ônus da prova e assinale a afirmativa correta.

- A) A ausência das partes gera a confissão ficta recíproca, devendo ser aplicada a regra de que para os fatos constitutivos cabe o ônus da prova ao autor, e para os extintivos, modificativos e impeditivos, o ônus será do réu. Assim, todos os pedidos deverão ser julgados improcedentes.
- B) Não há confissão em razão da presença dos advogados. Mas não havendo outras provas, os pedidos deverão ser julgados improcedentes.
- C) Em razão da confissão, presumem-se verdadeiros os fatos alegados. Tal aliado ao princípio da proteção

ao hipossuficiente leva à presunção de que Paulo foi coagido a pedir demissão, trabalhava extraordinariamente e faz jus ao adicional de insalubridade. Logo, os pedidos procedem.

D) Em razão da confissão, os pedidos de horas extras e nulidade do pedido de demissão procedem. Porém, improcede o de adicional de insalubridade, pois necessária a prova pericial para configurar o grau de insalubridade. Logo, este pleito improcede.

69. Tendo em vista a proximidade de realização de grande evento na área de esportes, a cidade de Tribobó do Oeste decidiu reformar seu estádio de futebol. Para tanto, após licitação, contratou a empresa Alfa Ltda. para executar a reforma no prazo de um ano. Faltando dois meses para a conclusão da obra e a realização do mega evento, os operários entraram em greve paralisando os trabalhos integralmente. Diante destes fatos, assinale a afirmativa que se coaduna com a legitimidade ativa para instauração do dissídio coletivo.

- A) Tanto a empresa Alfa Ltda. como o Sindicato da categoria dos empregados poderá instaurar a instância, sendo o ato privativo das partes litigantes.
- B) Apenas o Sindicato dos Empregados poderá requerer a instauração do dissídio coletivo, já que se trata do sujeito ativo no caso de greve, sendo a empresa Alfa ré no processo.
- C) Por haver interesse público a legitimidade ativa é exclusiva da empresa e do sindicato, bem como do Ministério Público do Trabalho, em caráter excepcional.
- D) O dissídio poderá ser instaurado pelas partes por representação escrita ao Presidente do Tribunal; bem como por iniciativa do próprio Presidente e, ainda, por requerimento do Ministério Público do Trabalho.

Processo Penal

70. Em relação aos efeitos dos recursos no processo penal, aquele que beneficia acusado não recorrente denomina-se

- a) suspensivo.
- b) devolutivo.
- c) resolutivo.
- d) extensivo.

71. Sobre a teoria geral dos recursos no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) é possível o duplo grau de jurisdição sem que exista recurso, como se dá com o reexame necessário, que funciona, na verdade, como condição de eficácia da decisão
- b) pelo princípio da fungibilidade, um recurso interposto erroneamente sempre deverá ser recebido como o recurso correto;
- c) não há, no processo penal, a proibição da reformatio in pejus;
- d) conforme entendimento do STF, o réu só poderá recorrer da decisão se estiver preso.

72. Acerca das disposições gerais sobre os recursos criminais, assinale a opção correta.

- a) O MP poderá desistir de recurso que haja interposto, desde que se verifique que o fato evidentemente não constitui crime.
- b) Ainda que haja má-fé, em face do princípio da fungibilidade recursal, que possui natureza absoluta no direito processual penal, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
- c) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
- d) O recurso não poderá ser interposto pelo réu, pois tal ato é exclusivo de advogado.

73. Da sentença que absolver sumariamente o réu caberá(ão)

- a) recurso em sentido estrito.
- b) embargos.
- c) revisão criminal.
- d) apelação.

74. Sobre as medidas cautelares diversas de prisão é correto afirmar que:

- A) Observados os princípios da necessidade e adequação da medida, presentes os demais requisitos legais, o juiz poderá aplicar, de ofício, a proibição ao indiciado de se aproximar da vítima do crime de extorsão, durante o curso do inquérito policial;
- B) se o crime gerou intensa repercussão social, fica prejudicada, de plano, a aplicação de medidas cautelares diversas de prisão;
- C) o juiz pode revogar ou substituir, de ofício, medida cautelar diversa de prisão aplicada ao réu no curso do processo, quando verificar falta de motivo para mantê-la;
- D) Na hipótese de processo por lesão corporal, praticada contra mulher, no âmbito doméstico, é vedado ao juiz aplicar cautelar diversa da prisão simultaneamente com medida protetiva da Lei “Maria da Penha”.

75. Assinale a alternativa correta:

- A) Defere-se a liberdade provisória ao indiciado preso em flagrante pelo tráfico ilícito de drogas, ainda que presentes os requisitos autorizadores da prisão cautelar previstos no artigo 312, CPP, em especial o da garantia da ordem pública;
- B) A inafiançabilidade do delito de tráfico de entorpecentes, estabelecida constitucionalmente, não significa óbice à liberdade provisória, considerando o conflito do inciso XLIII com o LXVI, ambos do artigo 5, CF;
- C) Para deferir o benefício da liberdade provisória é dispensável motivação aliada a um dos requisitos do artigo 312 do CPP;
- D) Ainda que o STF tenha declarado inconstitucional a expressão “liberdade provisória”, constante do artigo 44, caput da Lei 11343/06, é cabível a manutenção da prisão preventiva aos crimes de tráfico de entorpecentes, em face do referido óbice legal.

76. Quanto ao julgamento pelo Tribunal do Júri, assinale a afirmativa incorreta.

- A) As partes não poderão fazer referência, em plenário, à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado.
- B) Durante o julgamento, não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de três dias úteis, dando-se ciência à outra parte.
- C) Durante os debates em Plenário, os jurados poderão solicitar ao orador, por intermédio do juiz-presidente do Tribunal do Júri, que esclareça algum fato por ele alegado em sua tese.
- D) Se a verificação de qualquer fato, reconhecida como essencial para o julgamento da causa, não puder ser realizada imediatamente, o juiz-presidente determinará que o Conselho de Sentença se recolha à sala secreta, ordenando a realização das diligências entendidas necessárias.

77. Segundo o Código de Processo Penal, a citação do réu será feita:

- A) por hora certa;
- B) Por edital, independentemente de onde o réu se encontrar preso;
- C) Mediante requisição à Autoridade prisional, dispensando-se o mandado;
- D) pessoalmente;

78. De acordo com as normas que regem os juizados especiais, assinale a alternativa correta:

- A) A competência do juizado especial criminal é determinada pelo lugar em que tenha sido praticada a infração penal, ou pelo lugar em que se tenha produzido seu resultado;
- B) Sempre que possível, a citação do autor do fato deverá ser feita pessoalmente no próprio juizado, ou por mandado, e, não sendo ele encontrado para ser citado, o juiz deverá encaminhar as peças existentes ao juízo criminal comum;
- C) Os atos processuais praticados nos juizados especiais criminais devem ser públicos, podendo realizar-se em horário noturno, em qualquer dia da semana, ressalvados domingos e feriados;
- D) O instituto da transação penal não se aplica no âmbito da justiça militar, salvo nos crimes militares próprios;

Direito Ambiental

79. Considerando a tutela do meio ambiente cultural, assinale a opção correta.

- a) Compete à União, aos estados e ao DF legislar concorrentemente sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- b) O tombamento, como instrumento de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, pode recair em bens particulares, mas não em bens públicos.

c) Um bem somente pode ter reconhecido seu valor cultural e ser, portanto, objeto de tombamento, por via legislativa ou por intermédio de procedimento administrativo, não admitindo a legislação que o tombamento seja feito por determinação jurisdicional.

d) São bens sujeitos a tombamento os provenientes da atividade humana, como os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural. Os bens naturais, como os sítios arqueológicos e as paisagens naturais, não podem ser objeto de tombamento ambiental.

80. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

a) A criação de uma Unidade de Conservação (UC) não exige consulta pública, pois é competência dos órgãos executores integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente em caráter exclusivo.

b) Na demarcação de qualquer UC, deve-se considerar o estabelecimento de corredores ecológicos e zonas de amortecimento.

c) Mosaico de UCs compreende uma justaposição ou superposição, reconhecida formalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, de UCs de diversas categorias, seja públicas, seja privadas.

d) Estação ecológica é uma UC de proteção integral com finalidade de preservar a biota e os demais atributos naturais, sendo vedada qualquer ingerência humana em seus limites.